



ATA DA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COLÉGIO DE DIRIGENTES DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL

Aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, às quatorze horas e um minuto, foi iniciada a **Décima Sétima Reunião Extraordinária** do Colégio de Dirigentes (Codir) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS), por videoconferência, sendo presidida pela Reitora, Elaine Borges Monteiro Cassiano. **Membros participantes:** Ana Lúcia Cabral, substituta da Diretora-Geral do *Campus* Aquidauana; Dejahyr Lopes Júnior, Diretor-Geral do *Campus* Campo Grande; Angela Kwiatkowski, Diretora-Geral do *Campus* Coxim; Carlos Vinícius da Silva Figueiredo Diretor-Geral do *Campus* Dourados; Sirley da Silva Rojas Oliveira Diretora-Geral do *Campus* Jardim; Matheus Bornelli de Castro, Diretor-Geral do *Campus* Naviraí; Claudio Zarate Sanavria, Diretor-Geral do *Campus* Nova Andradina; Izidro dos Santos de Lima Júnior, Diretor-Geral do *Campus* Ponta Porã; Walterísio Gonçalves Carneiro Júnior, Diretor-Geral do *Campus* Três Lagoas; Diego Henrique Pereira de Viveiros, Pró-Reitor de Administração; Fernando Silveira Alves, Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional; Cláudia Santos Fernandes, Pró-Reitora de Ensino; Márcio José Rodrigues Amorim, Pró-Reitor de Extensão; e Roselene Ferreira Oliveira, Pró-Reitora de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação. I - **Abertura:** A Presidente verificou o quórum regimental para início da reunião, tendo sido computada a presença de quatorze dirigentes (no momento da abertura da reunião), o que permitiu a instalação dos trabalhos; e informou que a reunião está sendo gravada e que tem previsão de duração de três horas, com prorrogação única de trinta minutos. II - **Expediente.** 1. **Justificativa de ausência:** Wanderson da Silva Batista, devido ao feriado no município de Corumbá; e Hilda Ribeiro Romero, em virtude de férias, sendo representada por Ana Lúcia Cabral. 2. **Convidados participantes:** Carlitos Fioravante V. de Oliveira, Diretor de Tecnologia da Informação (Dirti); Juliana Lanari de Aragão, Assessora de Comunicação (Ascom); Edvanio Chagas, Diretor do Centro de Referência em Tecnologias Educacionais e Educação a Distância (Cread); Paulo Francis Florencio Dutra, Diretor-Executivo da Reitoria (Diret); Suliane Kelly Aguirre de Barros, Diretora de Gestão de Pessoas (Digep); e Vanessa Hiroko Kusano, Chefe de Gabinete da Reitoria (Gabin). 3. **Participação da comunidade interna:** A Presidente informou que foram recebidas **nove solicitações** de participação, enviadas por sete servidores e dois estudantes do instituto, por meio do requerimento eletrônico, e que a participação da comunidade interna do IFMS se dará apenas como ouvinte, conforme art. 12 do Regimento Interno do Codir. 4. **Informes:** Na sequência, a Presidente informou que a secretaria iria encaminhar por e-mail os Informes da Presidência, contendo as ações de gestão no período de 5 dezembro de 2022 a 2 de fevereiro de 2023. Nesse momento, a Presidente fez o repasse da última reunião do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) e comentou que foi elaborada, junto aos participantes, uma lista de ações prioritárias, sendo em primeiro lugar a recomposição do orçamento; depois a contratação dos profissionais de apoio às pessoas com deficiência; planos de investimentos em infraestrutura mínima para os institutos que não possuem instalações importantes como auditórios, refeitórios, quadra coberta e laboratórios insuficientes; professores substitutos para os cargos de CD3 e CD4, principalmente para os institutos que possuem mais de vinte *campi*; e carreira de docentes e TAEs. A Presidente comentou sobre a possibilidade de revogação da lei que extingue cargos vagos da Administração Pública e veda a realização de novos concursos para esses cargos, porém, dentre esses, tem cargos importantíssimos para o dia a dia da instituição, como de assistente de alunos, tradutor/intérprete de linguagem de sinais e, segundo a Reitora, não há um consenso a respeito, pois alguns gestores defendem que esses cargos sejam ocupados por meio de contratação, conforme a demanda, visto que alguns anos precisam, outros anos não. No tocante ao orçamento, a Reitora comentou que é preciso uma complementação de 700 milhões mais a correção do IPCA^[1], além do que já está na Lei Orçamentária Anual - LOA. Nesse sentido, de acordo com a Reitora, o secretário da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) comentou que há uma proposta de um recurso no montante de quinhentos milhões via matriz, mas que ainda não se sabe como será distribuído. A Reitora comentou ainda que o secretário se colocou à disposição para trabalhar com a Rede, e não para a Rede, contudo o Ministro da Educação tem focado nesse primeiro momento em reuniões com instituições do Sistema "S" e ainda não com a Rede Federal dos IFs, o que não foi considerado adequado pelos gestores do Conif. Portanto, a Rede irá trabalhar em duas frentes prioritárias, sendo o orçamento e a contratação de pessoal, via Processo Seletivo Simplificado (PSS). A Reitora sinalizou preocupação, pois ainda não há definições importantes vindas do Ministério da Educação (MEC), o que impacta no planejamento do orçamento. Outra observação apontada pela Reitora, foi sobre a necessidade de distribuição de código de vagas na Rede, pois tem instituições com sobra de códigos, enquanto há outras necessitando de mais vagas. Outra pauta importante levantada no Conif foi a necessidade de fomento à internacionalização e foi apresentada uma empresa para fazer a gestão de incremento às ações internacionais, porém essa pauta não avançou na reunião. A Reitora comentou, ainda, sobre uma reunião com o prefeito de Aparecida do Taboado e relatou sobre a impossibilidade de abrir *campus* no município, relatando sobre as implicações envolvidas numa demanda desse porte e, por fim, comentou

sobre seu objetivo de cumprir o máximo possível do plano diretor estabelecido para o presente ano. **III - Ordem do Dia. 1.1 Processo nº 23347.000636.2023-31 - Aprovação do Calendário de Reuniões Ordinárias do Colégio de Dirigentes 2023.** A secretaria projetou o calendário com sugestão de datas para as reuniões do colegiado e colocou o cronograma em apreciação do pleno. A secretária comentou que as datas do Codir foram pensadas com antecedência mínima a fim de haver tempo hábil das pautas que passarem no colegiado serem encaminhadas para o Conselho Superior (Cosup). Como manifestação, Cláudio disse que havia respondido ao e-mail, perguntando como estava a previsão das reuniões presenciais e quais seriam as reuniões por videoconferência e, no caso das presenciais, ele sugeriu que não ocorressem às quartas-feiras durante esse primeiro semestre, pois ele tem dificuldade de deslocamento para Campo Grande nesses dias. Ademais, Cláudio lembrou que antigamente as reuniões do Codir eram intercaladas, sendo, uma presencial e outra online. A Presidente solicitou à secretaria que alterasse as reuniões para as quintas-feiras, a fim de atender à necessidade do Dirge. Na sequência, Matheus comentou sobre a reunião agendada para 26 de julho, pois será a semana de recepção dos estudantes para o segundo semestre, portanto sugeriu a supressão ou remarcação da reunião do mês de julho, além disso, os prazos referentes a protocolo e convocação para essa reunião estão no período de férias escolares. Outro apontamento de Matheus foi que as reuniões a serem realizadas presencialmente, às quintas-feiras, sejam agendadas para o período vespertino, pois com uma diária e meia é possível fazer mais ações e ter um período livre para fazer reuniões na reitoria. Após, Fernando observou que as reuniões online têm sido bem produtivas e gera ótimos resultados, e além disso possibilita redução de custos com diárias e passagens e economia do tempo que seria gasto com o deslocamento, por isso sugeriu que a primeira e última reunião de cada semestre fosse presencial, de forma que coincida com as reuniões de gestão sistêmica, e as demais reuniões online. Dessa forma, a Presidente solicitou as devidas alterações sugeridas no calendário de forma a deixar descrito quais reuniões serão presenciais e online. Em acréscimo, foi solicitada por Cláudio, a remarcação da reunião do dia 21 de setembro que é feriado em Corumbá, ficando a 51ª Reunião Ordinária agendada excepcionalmente para quarta-feira, dia 20 de setembro, no período matutino. Em seguida, Cláudia perguntou ao Pró-Reitor de Administração se poderia adiantar a votação do recurso para assistência estudantil, pois no ano anterior foi votado em dezembro, e Diego concordou que sim. Dessa forma, o pleno votou e aprovou o calendário com as alterações.

1.2 Processo nº 23347.000633.2023-05 - Definições acerca do orçamento discricionário do IFMS para o exercício 2023. Apresentação: Diego Henrique Pereira de Viveiros, Pró-Reitor de Administração. Com a palavra, Diego projetou a planilha do orçamento 2023-Base Matriz Conif-LOA e comentou que esse ano o governo teve a estratégia de concentrar mais o orçamento na Setec, porém, isso reduziu um pouco do orçamento discricionário dos órgãos, diminuindo o orçamento geral de custeio, e, de acordo com Diego, a Setec disse que cobriria os valores de investimento e de apoio PCD. Contudo, mesmo com essa orientação, o IFMS fez um planejamento de investimento no valor de 10 mil, pois há muitas demandas e obras. Além disso, Diego comentou que houve um acréscimo no investimento de 433 mil, e esse aporte compensou um pouco da perda de custeio. Diego ilustrou o orçamento detalhado segundo as respectivas fontes e explicou que os valores de receita própria não entram no Quadro Detalhado de Despesas (QDD), ficando como uma contrapartida. Além disso, Diego explicou que tem as emendas de bancada, sendo 7 milhões de investimento e 1 milhão de custeio, que está reservada para a pauta da alimentação. O pró-reitor comentou que esse ano não haverá orçamento para publicidade de utilidade pública, pois essa ação demanda procedimentos que dificultam a sua execução, pois envolve contratação de agência de publicidade, e não é um processo licitatório comum, e caso haja necessidade futuramente, é possível solicitar alteração orçamentária em uma das janelas definidas pelo governo federal. Diego comentou sobre o valor destinado à reserva técnica, em torno de 2 milhões. Diego citou a situação de execução das obras dos *campi* e disse que são vinte e três obras em andamento e que necessitam de complementação orçamentária. O Pró-Reitor disse que a reitora deseja executar todas as obras pendentes e finalizá-las se possível neste ano e não deixar nenhum passivo, desta forma a pró-reitoria tem trabalhado na busca destes recursos. Em complemento, Fernando esclareceu que são 34 obras ao total, incluindo as instalações de usinas fotovoltaicas, e que o aporte que a Setec vem fazendo nos últimos anos é para auxiliar na conclusão destas, incluindo o pagamento dos reajustes contratuais. Em manifestação, Cláudio disse que gostaria de entender melhor a reserva técnica dos *campi*, e perguntou qual o impacto no QDD do *campus*. Diego respondeu que não há impacto para o *campus*, pois está baseado no aporte da Setec para o instituto. Nesse sentido, Cláudio disse que não tem nenhuma obra do *Campus Nova Andradina*, sendo que os demais *campi* possuem uma média de 3 obras, contudo o *Campus NA* está investindo cerca de 240 mil de seu recurso no QDD. O diretor perguntou como deve proceder para também participar das obras, pois tem demandas e objetivo de cobrir a quadra poliesportiva. Com a palavra, Fernando explicou que desde janeiro do ano passado a Prodi vem trabalhando com formalização de demanda, por meio de contato com todos os *campi* e verificação de interesse desses, principalmente no projeto das passarelas, e nesse sentido a equipe de Nova Andradina não solicitou adesão a esse planejamento. Da mesma forma, para esse ano, os *campi* foram consultados quanto ao interesse nas quadras de areia. No que se refere à demanda de cobertura da quadra poliesportiva de NA, Fernando comentou que é a primeira vez que ele escuta a respeito desse interesse, e disse que a equipe da Prodi pode pensar no projeto e fazer os ajustes necessários, e a Proad e a Reitora iriam atrás do orçamento. Em resposta, Cláudio perguntou se precisa formalizar a demanda da cobertura da quadra, pois tinha o entendimento que essa necessidade já estaria incluída junto aos demais *campi*, e no que diz respeito aos projetos das passarelas, o *campus* não havia entendido de onde sairia o recurso e afirmou que não tinha esse orçamento para aderir ao projeto. Segundo Cláudio, o *campus* já deixou de executar reforma em laboratório em razão do projeto ter ficado parado com a equipe de engenharia, mesmo

havendo recurso para execução, e disse desejar saber como deve fazer a comunicação para que o *campus* seja incluído na reserva técnica com demanda para obras. Além disso, o Dirge explicou que a demanda da cobertura das quadras existe há bastante tempo e envolvia os dez *campi*, inclusive os Dirges escolheram juntos o modelo. Nesse sentido, Elaine solicitou como encaminhamento o agendamento de uma reunião com o *Campus* NA e a equipe de engenharia, de preferência presencial, para debater essa questão, pois o foco atual da gestão é conseguir o terreno para o *campus* de extensão em NA. Cláudio comentou que sobre o terreno, há um projeto de desmembramento que está em cartório e a minuta do projeto está em construção para tramitar na câmara. Na sequência, a Presidente passou a palavra para Ana Lúcia, que relatou a preocupação do *Campus* AQ com relação à construção da academia que está com material parado, à guarita que é uma demanda antiga, e a correção das patologias, e perguntou se não haverá orçamento para essas obras. Elaine respondeu sobre a obra da academia dizendo que o processo não avançou ano passado e que ainda falta reunião com a Dirge para avançar nessas tratativas e passou a palavra para Fernando, este respondeu que a questão da academia está no radar da engenharia e falta concluir o projeto e fazer as adequações orçamentárias, mas que a patologia ainda não chegou na Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional. Sobre a guarita, Fernando esclareceu que os engenheiros também estão trabalhando na reorganização dessa demanda. Em complemento, Diego explicou que a planilha de orçamentos apresentada, refere-se somente aos projetos que estão em análise na Proad de obras já em andamento, e que as demandas novas devem tramitar via Prodi. Após, Carlos disse não ter entendimento da aplicação da fonte 21B3 e solicitou esclarecimento para onde vai esse orçamento, e quem responde por ele, além disso caso esse recurso seja referente às pró-reitorias, ele gostaria de fazer uma sugestão envolvendo a assistência estudantil. Diego elucidou que essa demanda surgiu do Conif para inclusão no orçamento dos IFs, como fomento à pesquisa, extensão e inovação, e, dentro do IFMS, é dividida em cinco partes, sendo: Ensino, Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação. Portanto, uma parte é gerenciada pela Proen, uma pela Proex, e três partes gerenciadas pela Propi, logo, o orçamento é utilizado por essas pró-reitorias. Elaine complementou dizendo que esse recurso é um fomento para ações de pesquisa, extensão e também reforça o ensino, como forma de ratificar a missão e a filosofia dos IFs. De acordo com Carlos, ele não tinha o entendimento que as pró-reitorias recebiam um outro recurso além do que é discutido para assistência estudantil, e indagou se a instituição deveria continuar dividindo um recurso que é destinado ao estudante, entre as pró-reitorias, e concluiu dizendo que, já que existe outro recurso específico para as pró-reitorias, não deve ser retirado recurso da assistência estudantil. Em seguida, Cláudia comentou que esse mesmo recurso só pode ser usado para projetos de ensino, não podendo ser usado em nenhum outro edital, ficando restrito a fonte 2994. Após, Cláudio perguntou quando essa fonte foi instituída, e Diego comentou que foi em 2021, sendo uma fonte recente advinda de uma demanda do Conif, e, em continuação Cláudio disse que a assistência social de seu *campus* não tinha conhecimento dessa fonte destinada às pró-reitorias, e solicitou que essa informação fosse repassada junto às assistências sociais. A Presidente comentou que essa fonte nova representou um ganho para a instituição e disse que vai solicitar junto a diretora da assistência estudantil a divulgação. Após, Fernando fez um adendo comentando que existe uma informação de proposta de aumento das bolsas advindas do CNPQ para mestrado, e que estudantes do IFMS querem saber se vai haver esse aumento dentro da instituição também e disse ser importante pensar a respeito desse aumento e planejar para que ele entrasse no plano de metas, além de dar transparência a essas informações nos canais de comunicação da instituição. Com a fala, Cláudia disse já haver apresentado essa fonte em outra reunião por meio do QDD, mas que acha importante esses momentos justamente para esclarecer esses fatos e disse não haver problema em repassar às assistentes, e comentou que nunca havia chegado nenhum questionamento para a Pró-Reitoria de Ensino nesse sentido. Em seguida, Carlos comentou que sua prioridade sempre será a assistência direta ao estudante e que se preocupa com a sustentabilidade de deixar a fonte de recurso para alimentação escolar no orçamento de bancada, e perguntou se todo ano vai ser possível ter esse recurso, ou se será somente em 2023, e ponderou que se vai haver um recurso próprio para isso, em tese não se deve pagar os auxílios. Após, Diego reforçou que essa é uma preocupação institucional e que a partir do momento que se fornece alimentação escolar, retroceder gera um impacto muito negativo, e esclareceu que existe um termo de cooperação do IFMS com a Secretaria de Estado de Educação (SED) para fornecimento da alimentação e que o processo está sendo discutido por uma comissão central, e caso seja concretizada a proposta da alimentação, esta ação é bastante sustentável e possível de se manter a parceria por bastante tempo. Ademais, Diego explicou que para o ano de 2023, a viabilidade é de se ofertar merenda fria, e a partir do próximo ano executar a parceria com a SED que representa uma parceria mais vantajosa. Elaine complementou que a questão da oferta da merenda fria foi necessária para se avançar nas proposições com a secretaria durante esse ano e que essa decisão de se trabalhar as duas possibilidades foi tomada de forma coletiva. Em sequência, a Presidente passou para a votação do valor de reserva técnica para os reequilíbrios das obras e das questões debatidas, sendo contabilizados quatorze votos favoráveis. Em continuação, a Presidente passou a palavra para apresentação das ações para implementação da alimentação escolar pela Pró-Reitoria de Ensino, que apresentou um breve contexto apontando a legislação referente à alimentação escolar, sendo o art. 4, inciso VIII da LDB; a Resolução nº 6, de 8 de maio de 2020 que dispõe sobre o PNAE, a Resolução nº 20, de 2 de dezembro de 2020 que altera o PNAE; apresentou também a Matriz SWOT referente ao PDI 2024-2028, a qual aporta a alimentação escolar como uma fraqueza da instituição. Cláudia apresentou o significado do Plano de Alimentação escolar, esclarecendo que é um programa que oferece alimentação e ações de educação alimentar e nutricional aos estudantes em todas as etapas da educação básica pública, e citou que no ensino médio, o custo da refeição é estimado em 0,36 centavos por estudantes, e no cenário do IFMS, é disponibilizado desde 2018 um valor para

esse fim específico, sendo utilizado a partir de 2019 e em 2022 foi executado 93,26% desse valor, sendo utilizado pelos *campi* corumbá e Aquidauana. Cláudia explicou que não é simples a utilização desse valor, pois envolve alguns requisitos como a aquisição em agricultura familiar. A Pró-Reitora explicou ainda que o público alvo a receber essa alimentação são os estudantes dos cursos técnicos integrados e da Educação de Jovens e Adultos (Proeja), e disse que foi feita uma estimativa da quantidade de estudantes demonstrando que o valor disponibilizado para o PNAE, não seria suficiente para cobrir todos os alunos, cobrindo apenas 0,27 centavos por refeição. Em continuação, Cláudia apresentou as ações já realizadas, sendo a elaboração de normativas/orientações técnicas; Ação A, referente à parceria com a SED; Ação B, referente à contratação de empresa para oferta de alimentação. Nesse sentido, Cláudia disse que existem três formas de oferta de merenda escolar, podendo ser por gestão própria, a exemplo dos *campi* Aquidauana e Corumbá; por terceirização, por meio de contratação de empresa para oferta; e via termo de cooperação, a exemplo da parceria com a SED. No que diz respeito às normativas, foi elaborada a Política de Alimentação Escolar que está aguardando apreciação no Coepe e posterior deliberação no Cosup. Cláudia comentou que após a aprovação da Política, deve ser criado o programa de Alimentação Escolar. Além disso, existem os Atos Normativos, como projeto de extensão e a pesquisa sobre segurança Alimentar e Nutricional 2023; e ainda Visitas Técnicas feitas pela nutricionista. Cláudia relatou que na pesquisa sobre segurança alimentar foi apontado que 62% dos estudantes do IFMS se enquadram em algum quesito de insegurança alimentar, leve, moderada ou grave, ademais, apresentou o histórico do processo de parceria com a SED, tendo início a partir de junho de 2022, e tendo como principais pontos de responsabilidade da SED: Identificação das escolas para atender os *campi* do IFMS; elaboração e adequação de cardápios; recepção, armazenamento, preparo dos alimentos; acondicionamento do alimento em recipientes térmicos individuais; De responsabilidade do IFMS: compra de equipamentos e utensílios que as cozinhas das escolas parceiras necessitam; contratação de pessoal para trabalhar nas cozinhas; compra dos gêneros alimentícios (cardápio SED); transporte e entrega das marmitas, considerando o controle de tempo e temperatura. Segundo a pró-reitora, a Proad planejou três comissões, sendo: uma para aquisição dos gêneros alimentícios, uma para logística e contratação dos terceirizados e uma comissão para aquisição de equipamentos e utensílios de cozinha. Nesse cenário, foi decidido montar uma comissão central e criar as condições necessárias para embasar as demais subcomissões. Em paralelo, Cláudia explicou que também existe a opção de contratação de empresa para fornecimento da alimentação escolar por meio de licitação, e foram mapeados os preços para ter uma ideia do valor de custo, sendo elaborado Termo de Referência e inclusive um processo licitatório para todos os *campi* do instituto, de forma que houvesse o mesmo tipo de alimentação para todos os estudantes, inclusive houve uma empresa vencedora do certame, mas que desistiu do processo, sendo feito uma nova licitação separadamente para cada *campus*. De acordo com a apresentação, o valor de cada refeição mediante empresa terceirizada, seria de R\$2,50 por refeição, e também envolvia a possibilidade da merenda fria, constituída não somente de alimentos secos, mas também de frutas, suco, iogurte, e que não demanda um preparo tão apurado quanto à merenda quente. Ao prosseguir, Cláudia demonstrou o quadro dos resultados licitatórios de cada *campus* e mencionou que Corumbá não aderiu, e apresentou também a planilha da contratação de empresa envolvendo os valores dos gastos, que tinha sido apresentada anteriormente em reunião de gestão em agosto de 2021. Em prosseguimento, foi projetada a planilha do recurso do PNAE destinado a cada *campus* e explicou que as porcentagens são estimadas conforme a quantidade de estudantes de cada *campus*, sendo totalizado em R\$ 482.690,00. Após a apresentação, a Presidente passou a palavra para Diego que reforçou que esse custo seria somente referente ao exercício 2023, pois o foco é a parceria com a SED. Diego explicou os valores e esclareceu que estes foram calculados tomando por base 200 dias letivos, com 100% de adesão, totalizando em mais de 7 milhões, mas comentou que esse valor tende a baixar e que é possível também cobri-lo, e já existe 1 milhão reservado pelo valor da bancada de custeio. A seguir, Fernando disse que, segundo algumas notícias, talvez haja um aumento no recurso do PNAE de mais de 20 centavos por estudante, e poderia até dobrar esse valor, e, caso essa informação se confirme, o custo cairia quase que pela metade. Com a fala, Ana Lúcia perguntou se a política de alimentação escolar já foi apresentada e debatida em reuniões sistêmicas com os diretores-gerais, e Cláudia respondeu que a minuta da Política de Alimentação do IFMS ficou três meses nos dez *campi* para contribuição especificamente para o *Campus* Aquidauana e atualmente está protocolada no Coepe. A próxima manifestação foi de Carlos, que reclamou da forma igualitário na cobrança do recurso, que não considera as diferenças de realidade de cada *campus*, e perguntou se, caso não haja a captação desse orçamento para cobrir o custo da alimentação, como ocorreu ano passado, de onde vai ser retirado o valor, se será da assistência estudantil e se serão cancelados os auxílios, ou se há um plano B. Em resposta, Diego disse que não está prevista a retirada de nenhum valor do auxílio, nem cortes, e que a estratégia começa pela emenda parlamentar de bancada, mais a promessa de algumas emendas individuais, e que não há a dependência da Setec, e que conta-se com as emendas mesmo. Diego esclareceu também que sobre o orçamento ser igual para os *campi*, o valor foi embasado na matriz orçamentária. Após, com a fala, Matheus relatou que esse quadro de valores não foi discutido previamente à reunião, e perguntou se já vai ser concluído nessa reunião ou se é uma exposição preliminar para se ter uma resposta posterior definitiva. Em acréscimo, Matheus também demonstrou preocupação com a projeção da ação somente para o ano de 2023 sem pensar na sustentabilidade, a qual seria somente a partir da parceria com a SED, e comentou que na verdade a secretaria de estado tem muita instabilidade constante, e o *campus* sente isso na prática. Na opinião de Matheus, é pior iniciar um processo e parar, do que nem iniciá-lo, no sentido de fornecimento, pois cria-se uma grande expectativa e ansiedade no *campus* e nos estudantes, e, caso seja preciso interromper esse fornecimento futuramente, isso vai gerar mais

transtornos do que nem ser estartado. Dessa forma, Matheus citou que esse ano haverá um enorme comprometimento no QDD em função dessa ação, mas que não há nenhuma segurança para os próximos anos de sua continuidade. Em resposta ao questionamento, Elaine confirmou que o debate desse valor deverá ser na presente reunião mesmo, e Diego explicou que existe a possibilidade de prorrogação da parceria, mas que não é possível comprometer o orçamento de outros anos pois seria irresponsabilidade da gestão atual, uma vez que não se sabe qual será o cenário para os próximos anos, ainda considerando que haverá eleição, e que para o próximo ano haverá outra projeção com base no que vai ser desenvolvido atualmente. Elaine disse que por esse motivo não arrisca iniciar nada no meio do ano, e que se a ação for concretizada conforme o planejado, haverá bastante avanço ainda nesse primeiro semestre, e o segundo semestre será para planejamento a fim de já iniciar 2024 ofertando merenda quente, além disso, lembrou que isso já havia sido debatido anteriormente com o pleno. Com a palavra, Dejahyr lembrou que há uma urgência na discussão dessa questão, pois os contratos já estão caminhando para execução e disse que é necessário ter essa primeira experiência e para o próximo ano, talvez seja necessário rever a questão dos auxílios e se preciso for, focar no atendimento ao público mais necessitado para se garantir a sustentabilidade da ação. Após, Carlos comentou que não vê como debater e decidir no momento um orçamento em que ele não sabe e não entende o quanto vai ser retirado do QDD do *Campus* Dourados, e segundo ele, faltam informações para embasar o atual debate e não se sente confortável para decidir neste momento. Em sequência, Diego esclareceu os valores expostos na planilha e que deveria ser comprometido do QDD de cada *campus* e comentou que a discussão sobre a importância dessa oferta não é pertinente, mas que realmente há pressa em iniciar a ação. Ainda nessa esfera, Carlos replicou que acha perigoso comprometer o montante descrito na planilha para o *Campus* Dourados sem a presença do Dirad de seu *campus*. Após a fala, Elaine fez um adendo e comentou que em 2 de agosto de 2021 os Dirges já tinham acordado em reservar os respectivos valores na QDD de cada *campus* para essa ação, e, a única solicitação que a gestão está fazendo é a atualizar o valor de 2022 para 2 milhões, e o restante do valor de 6 milhões, ela se comprometeu junto aos diretores, em correr atrás para conseguir. Nesse ponto, Carlos comentou que houve uma alteração de aumento do recurso do que foi acordado antes e Elaine explicou que foi devido a variável do contrato e que não havia controle. Carlos disse que mesmo com a alteração sendo pequena, ele precisa de acordar primeiro com os diretores de ensino e de administração, e disse que poderia participar da votação, mas expressou descontentamento a não consulta aos Dirads. Em sequência, Márcio lembrou que foi feita a Matriz SWOT e que a alimentação é o primeiro ponto, e que sua fala converge à fala de Dejahyr, além disso citou que visitou junto a Reitora aos *campi* e que a principal fala dos estudantes é pela necessidade de da alimentação escolar. Marcio comentou ainda que provavelmente não serão 200 dias letivos de entrega da alimentação pelo *delay* de tempo até iniciar a execução da ação, e que por esse motivo pode ser que esse valor seja menor e próximo do valor que foi acordado. Márcio comentou que em muitos *campi* os professores se reúnem e fazem campanha para arrecadar alimento para contribuir com a alimentação dos estudantes, e que a falta desse recurso gera muita evasão estudantil. Com a palavra, Fernando lembrou do acordo entre os gestores em 2021, e que o plano era ter concedido a alimentação em 2022, mas devido às dificuldades já mencionadas por Diego, não foi possível avançar antes nessa questão, e que durante esse espaço de tempo houve alteração no valor unitário da marmita, e, que para o *campus* Dourados representa uma alteração dez mil reais do valor anterior, e que a reitora será a gestora deste risco de correr atrás do restante do valor. Após, a Presidente disse estar atenta aos valores dos QDDs dos *campi* e como estes estão sendo utilizados, e sabe que não é possível mexer muito nesse orçamento. Em acréscimo, concordou com a fala de Carlos sobre a importância de consultar os demais diretores de cada *campus* antes de tomar decisões. Cláudio comentou que anteriormente foi oferecido recurso do PNAE de 240 mil para oferta de alimentação, uma vez que o *Campus* NA já possui refeitório, mas que não foi aceito, pois pensaram que posteriormente não haveria sustentabilidade quando todos os *campi* aderirem, pois a preocupação de Nova Andradina é começar e garantir a continuidade do processo. Em continuação, Cláudio afirmou que não tem escolha de mexer na QDD, pois o *campus* não possui esse recurso e o quadro de despesas já está no vermelho, mesmo sem considerar essa despesa da alimentação e o *campus* está com uma conta que não fecha e não tem de onde tirar esse valor, e vai trabalhar com um compromisso que não tem como garantir, e relatou que diversas vezes precisa abrir mão de algumas ações em prol de outras por não ter como cobrir, e reforçou que é sensível a questão da alimentação, pois já viveu situação de insegurança alimentar e sabe da importância dessa pauta e que deseja muito que dê certo esse processo, porém também existem outras situações travadas no *campus* por conta da QDD. Cláudio disse que vai ter de se comprometer e depois ter que buscar o recurso na reitoria, mas que esse quadro o deixa desconfortável pois parece que é uma inoperância e incompetência do *campus*, mas que não se trata de uma questão de falta de esforço, e sim da própria realidade de recurso escasso no *campus*. Além disso, falou que a empresa que ganhou a licitação para fornecer a refeição é prestativa e que deseja a operacionalização dessa ação, contudo não sabe como vai cobrir esse valor. Cláudio evidenciou que não se trata de inviabilizar o processo e parecer que o *campus* é contra a segurança alimentar, mas essa questão é uma encruzilhada. Após, a Presidente consultou o pleno sobre a prorrogação da sessão para mais 30 minutos, e estando de acordo, a palavra foi concedida a Ângela, a qual concordou com a fala de Cláudio e reforçou a preciosidade desta pauta, porém, disse que, ainda que os valores tenham sido acordados anteriormente, seria importante haver um prazo para analisar e estudar o QDD individual, pois no caso do *Campus* Coxim, a alteração foi de 50 mil, e a Dirge gostaria de antes de votar, conversar com seus diretores. A seguir, Matheus comentou que procurou a ata da reunião citada de 2021, mas que não a encontrou, e entendeu que os valores descritos na planilha da alimentação escolar deva ser da discussão orçamentária da assistência estudantil do mês de dezembro de 2022, e que o que foi debatido e

votado foi a oferta da merenda junto à SED, no valor de R\$2,50 a unidade, com impacto orçamentário baixíssimo, representando um ótimo acordo, mas agora a alteração, além de ter aumentado consideravelmente, houve alteração de objeto também, pois não se trata mais da parceria com a SED, mas de recursos próprios dos *campi*. Novamente com a fala, Carlos lembrou, enquanto servidor público, de seu compromisso com o erário público, e que não se pode tomar decisão na expectativa do que vai acontecer ainda. Sobre a fala de Márcio, Carlos disse que a pauta não se refere a importância da alimentação, que isso é inquestionável, e que inclusive ele orienta um projeto sobre insegurança alimentar, mas enfatizou também a necessidade de debater e orientar a questão processualmente e que esse não seria o momento de se tomar essa decisão. Logo após, Izidro fez uma fala concordando com Dejahyr, no que se refere a possibilidade desse valor reduzir até antes de começar a implementar a oferta, e que não adianta esperar um momento certo para executar, pois com o orçamento disponível pode nunca vir acontecer, e mencionou que já queria ter iniciada a oferta da alimentação, ainda que precisasse tirar de alguma outra fonte e entende que agora é o momento de estartar. Após as manifestações, Matheus e Sirley questionaram como seria votado, se os valores unitários de cada *campus* e a diretora comentou que além do problema orçamentário, o *Campus Jardim* não possui nem mesmo espaço para essa oferta e que a proposta inicial e de interesse do *Campus Jardim* é prosseguir na parceria com a SED. A Presidente questionou então se a pauta deveria ser votada ou ser encaminhada para diligência, e Sirley respondeu que a melhor opção seria debater antes de decidir naquele momento. Em prosseguimento, Carlos observou que o processo não teve um relator e Fernando expôs três possibilidades para essa pauta, sendo: primeiro a diligência para discussão em momento oportuno pelo colegiado; a segunda opção, seria cada *campus* votar conforme sua condição de contribuir ou não com o valor estipulado no orçamento, a exemplo dos *campi* Aquidauana e Corumbá; e a terceira opção é o processo não ser aprovado e ser retomado em outro momento, diferente da situação da diligência. Cláudia comentou que sobre a dúvida do Matheus, cada *campus* possui uma especificidade, e que já há uma sinalização positiva do *Campus Campo Grande* e Ponta Porã sobre a possibilidade de oferta nesse momento e nessas condições apresentadas, e que por isso seria importante dividir a votação por item, para que cada *campus* execute conforme sua realidade, deixando livre para os *campi* que já estão prontos para iniciarem a oferta. Nesse sentido, a Presidente comentou sobre a necessidade de se ter um prazo para isso e consultou o pleno sobre fazer a diligência ou votar por item. Fernando respondeu que só a votação de ir para diligência já seria suficiente, pois os diretores que assim optarem, provavelmente vão discordar da votação por item, então não precisa de outra votação. Carlos disse que a sugestão da diligência é para haver tempo para se organizar e debater junto aos Dirads dos *campi* e comentou que não se deve fragmentar a decisão de um processo. A Presidente perguntou qual caminho iria percorrer, se solicitar diligência ou votar o que está posto e Fernando sugeriu que votassem a favor ou contra a diligência do orçamento para a alimentação. Carlos lembrou que se houvesse um relator seria votado o parecer deste. A Presidente explicou que não houve relatoria, pois o processo já vinha sendo debatido e acompanhado pelos diretores. Cláudia perguntou se enquanto o processo estiver em diligência se este ficaria suspenso e mesmo os *campi* que já estão prontos para essa ação, não poderiam estartar, e a Presidente explicou que não podem, que fica aguardando novos debates e a decisão. Fernando esclareceu em seguida que o que não ficou bem definido foi o aporte dos *campi* para complementar o valor da alimentação, e esse entraria em diligência, mas que os demais orçamentos já estavam decididos. A fim de esclarecer, Paulo comentou que essa pauta poderia ser inserida na convocação da reunião de gestão presencial que ocorrerá na semana seguinte, e Dejahyr comentou que talvez seria um tempo necessário para os diretores dialogarem com suas bases e decidirem na próxima reunião de gestão, e lembrou que veio para essa reunião já acordado com sua equipe de administração sobre os valores apresentados, mas que compreende e acata esse tempo necessário de uma semana para os demais *campi* analisar com calma. Após as discussões o pleno votou a diligência sobre o orçamento da Alimentação Estudantil, sendo registrados sete votos a favor e sete votos contra, e a Presidente desempatou votando pela diligência a fim de proporcionar o diálogo, totalizando oito votos favoráveis. **V - Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença de todos e, às dezessete horas e quarenta e um minutos, declarou encerrada a Décima Sétima Reunião Extraordinária do Colégio de Dirigentes, da qual eu, Laura Regina Miranda dos Santos, secretária deste colegiado, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, pela Presidente e pelos demais membros presentes do Colégio de Dirigentes do IFMS.

Ata aprovada na 45ª Reunião Ordinária do Codir, em 30 de março de 2023.

[1] Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Documento assinado eletronicamente por:

- Elaine Borges Monteiro Cassiano, REITORA - CD1 - IFMS, em 01/11/2023 17:14:50.
- Marcio Jose Rodrigues Amorim, DIRETOR(A) - CD4 - TL-DIREN, em 01/11/2023 17:24:00.
- Dejahyr Lopes Junior, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - CG-IFMS, em 01/11/2023 18:10:45.
- Izidro dos Santos de Lima Junior, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - PP-DIRGE, em 01/11/2023 21:52:48.
- Ana Lucia Cabral, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 02/11/2023 07:58:54.
- Angela Kwiatkowski, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - CX-DIRGE, em 03/11/2023 15:41:49.
- Claudio Zarate Sanavria, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - NA-DIRGE, em 04/11/2023 15:54:04.
- Roselene Ferreira Oliveira, PRO-REITOR(A) - CD2 - PROPI, em 04/11/2023 22:11:32.
- Matheus Bornelli de Castro, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - NV-DIRGE, em 05/11/2023 17:20:55.
- Walterisio Goncalves Carneiro Junior, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - TL-IFMS, em 06/11/2023 09:03:02.
- Diego Henrique Pereira de Viveiros, PRO-REITOR(A) - CD2 - PROAD, em 06/11/2023 16:28:40.
- Fernando Silveira Alves, PRO-REITOR(A) - CD2 - PRODI, em 06/11/2023 17:20:28.
- Sirley da Silva Rojas Oliveira, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - JD-IFMS, em 09/11/2023 11:14:20.
- Claudia Santos Fernandes, PRO-REITOR(A) - CD2 - PROEN, em 11/11/2023 10:39:31.
- Carlos Vinicius da Silva Figueiredo, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - DR-DIRGE, em 13/11/2023 13:55:38.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 31/10/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifms.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 406926

Código de Autenticação: fb902e1002

